

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

DIREITOS HUMANOS

para todos

Sugestões de atividades para uma educação
libertadora

Programa Estadual de Direitos Humanos
1998

"O respeito aos Direitos Humanos deve ser algo que surge do interior de cada pessoa e se converta em uma forma de vida, produto da interação e das experiências compartilhadas entre professores e alunos, pais e filhos, amigos e a sociedade em geral.

É necessário que este problema seja colocado com a maior seriedade e consciência possíveis, bem como se criem textos, guias, confeccionados por aqueles - que assumiram desde o início um compromisso pela, defesa dos Direitos Humanos e pela construção de uma sociedade livre de dominações. "

ADOLFO PÉREZ ESQUIVEL

Prêmio Nobel da Paz

AGRADECIMENTOS

As atividades apresentadas nesta cartilha foram extraídas das seguintes obras:

- MOSCA, Juan José e AGUIRRE, Luis Pérez. *Direitos Humanos - Pautas para uma Educação Libertadora*. Editora Vozes, Petrópolis, 1990.
- CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz; MARANDINO, Martha e MACIEL, Andréa Gasparini. *Tecendo a Cidadania - Oficinas pedagógicas de Direitos Humanos*. Editora Vozes, Petrópolis, 1996.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS. *Maleta Didática Educação para a Cidadania*. Anistia Internacional, São José, C.R., 1995.

Contribuíram para a elaboração desta publicação:

- ANTÔNIO JORDÃO NETTO
- IVONE GONZALEZ MENDES - Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social - Programa de Atendimento à Terceira Idade.
- JOÃO BAPTISTA CINTRA RIBAS - Conselho Estadual da Pessoa Portadora de Deficiência.
- JOSÉ ROBERTO TORRES DE MIRANDA - Grupo Arco-íris de Conscientização Homossexual.
- MARGARIDA GENEVOIS - Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos.
- Pe. PLÍNIO POSSOBON - Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- RACHEL BIDERMAN - Secretaria do Meio Ambiente.
- SUELY DULCETTI - Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social – programa Migrante / População de rua.

APRESENTAÇÃO

Esta publicação que o Governo Mário Covas dá ao público tem o objetivo de servir de auxílio concreto para a introdução e aprofundamento da consciência dos direitos fundamentais em ambientes de educação para crianças e adolescentes.

Baseada em obras de reconhecidos educadores, procura abordar os temas relativos aos direitos da pessoa humana com simplicidade e objetividade, a partir de uma preocupação prática traduzida em sugestões de atividades de fácil e imediata aplicação, seguidas, ao final, por indicações bibliográficas básicas.

Inserida em um momento marcada por novas iniciativas voltadas para a abordagem dos direitos humanos nas escolas, através de temas transversais ou de quaisquer recursos pedagógicos, reflete também o compromisso crescente que vem sendo firmado pela sociedade e pelo poder público na busca de uma verdadeira democracia, centrada na harmoniosa vida em sociedade e no profundo respeito aos direitos de todos.

ATIVIDADES EDUCATIVAS

1. DIREITO À IGUALDADE

(arts. 1, 2 e 28 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza garantindo- se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à igualdade, à segurança e a à propriedade

Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 5º

" A igualdade (...) é afirmada no plano da dignidade humana. É evidente que nem todos os homens são iguais no que tange à capacidade física e às qualidades intelectuais e morais.

Nós homens somos fundamentalmente iguais pela nossa origem e pelo nosso destino. Todos somos iguais na nossa natureza humana: todos somos chamados a ser pessoas, à liberdade, ao amor e à vida. Isto quer dizer que todos temos direitos fundamentais para podermos nos desenvolver como seres humanos"

1ª SUGESTÃO

Um Conto Infantil (Ou nem tanto)

Os Três Astronautas

Umberto Eco

Esta é uma fábula de hoje para as suas crianças. Ou talvez não. É para vocês. De qualquer maneira, façam a prova de contá-la a eles. Talvez reconheçam sua própria linguagem do futuro, e a contarão a vocês.

Era uma vez a Terra.

E era uma vez Marte.

Estavam muito longe um do outro, no meio do céu, e ao redor havia milhões de planetas e galáxias.

Os homens que habitavam a Terra queriam chegar a Marte e aos outros planetas, mas eles estavam muito longe!

De qualquer maneira, começaram a trabalhar. Primeiro lançaram satélites que giravam dois dias ao redor da Terra e logo regressavam.

Depois lançaram foguetes que davam voltas ao redor da Terra, mas em vez de regressar, ao final fugiam da atração terrestre e partiam para o espaço infinito.

No começo, nos foguetes, colocaram cachorros, mas os cachorros não sabiam falar, e através do rádio transmitiam só "au-au" . E os homens não podiam entender o que tinham visto nem onde tinham chegado.

Ao final encontraram homens valentes que quiseram ser astronautas. O astronauta era assim denominado, porque partia para explorar os astros no cosmos, que dizer, o espaço infinito, com os planetas, as galáxias e tudo o que nos rodeia.

Os astronautas, ao partirem, ignoravam se poderiam regressar. Queriam conquistar as estrelas para que um dia todos pudessem viajar de um planeta a outro, porque a Terra havia se tornado muito pequena e os homens cresciam diariamente.

Um belo dia partiram da Terra, saindo de três pontos diferentes três foguetes.

No primeiro dia um americano, que assobiava muito alegre um trecho de jazz.

No segundo dia um russo, que cantava com uma voz grave: " Volga, Volga" .

No terceiro dia um negro que sorria feliz, com os dentes muito brancos em sua cara negra. De fato, naqueles tempos, os habitantes da África, que finalmente eram livres, tinham se demonstrado tão hábeis como os brancos para construir cidades, máquinas e , naturalmente, serem cosmonautas.

Os três queriam chegar primeiro a Marte para demonstrar quem era o mais valente. O americano, com efeito, não gostava do russo e o russo não gostava do americano. E tudo porque o americano para dizer bom dia dizia " how do you do " e o russo dizia " ZGPABCTBYUTGE ".

Por isso não se compreendiam e se achavam diferentes.

Os dois, além do mais, não queriam saber do negro porque ele tinha uma cor diferente.

Por isso não se compreendiam.

Como os três astronautas eram muito valentes, chegaram a Marte quase ao mesmo tempo.

.....
Chegou a noite. Havia em torno deles um silêncio esquisito, e a Terra brilhava no céu como se fosse uma estrela longínqua.

Os astronautas se sentiam tristes e perdidos e o americano, no escuro, chamou a mãe dele.

Disse: "Mamie".

E o russo disse: " Mama " .

E o negro disse: " Mbamba " .

Mas logo compreendera que estavam dizendo a mesma coisa e que tinham os mesmos sentimentos. Foi assim que sorriram entre si, aproximaram-se, juntos acenderam um bom foguinho, e cada um cantou canções de seu país. Então armaram-se de coragem e, enquanto esperavam o amanhecer, aprenderam a conhecer-se.

Por fim, fez-se o dia. Fazia muito frio. De repente, de um grupinho de árvores saiu um marciano.

Era realmente horrível vê-lo! Era todo verde, tinha duas antenas no lugar das orelhas, uma trompa e seis braços. Olhou para eles e disse: "GRRRR"

Em seu idioma queria dizer: "Mãezinha querida! Quem são esses seres tão horríveis?"

Mas os terráqueos não o compreenderam e pensaram que seu grito era um rugido de guerra.

.....

Foi assim que decidiram matá-lo com seus desintegradores atômicos. Mas de repente, no meio do enorme frio do amanhecer, um passarinho marciano, que evidentemente tinha fugido do ninho, caiu no chão tremendo de frio e medo. Piava desesperado, mais ou menos como um passarinho terráqueo. Dava muita pena. O americano, o russo e o negro olharam para ele e não puderam conter uma lágrima de compaixão.

Nesse momento, aconteceu algo muito esquisito. Também o marciano aproximou-se do passarinho, olhou para ele e deixou escapar dois fios de fumaça da trompa. E os terráqueos, naquele instante, compreenderam que o marcianinho estava chorando, a sua maneira, como choram os marcianos..

Depois viram que se inclinava sobre o passarinho e o carregava entre seus seis braços tratando de aquecê-lo.

O negro, que em outros tempos tinha sido perseguido porque tinha pele negra e por isso mesmo sabia como são as coisas, disse a seus dois amigos terráqueos:

" Vocês viram? Pensávamos que este monstro era diferente de nós, mas ele também ama os animais, sabe comover-se, tem um coração e sem dúvida um cérebro! Vocês ainda pensam que temos que matá-lo".

Não era necessário fazer tal pergunta. Os terráqueos já haviam aprendido a lição. Duas pessoas serem diferentes não significa que elas devam ser inimigas.

Portanto, aproximaram-se do marciano e estenderam a mão. E ele, que tinha seis, deu a mão aos três ao mesmo tempo, enquanto fazia gestos de cumprimentos com as mãos que ficavam livres.

E apontando para a Terra, distante no céu, fez entender que desejava viajar até lá, para conhecer outros habitantes e estudar junto com eles a forma de fundar uma grande república espacial na qual todos se amassem e estivessem de acordo. Os terráqueos disseram que sim entusiasmados.

Para festejar o acontecimento lhe ofereceram um cigarro. O marciano, muito contente, introduziu-o no nariz e começou a fumar. Mas os terráqueos não se escandalizavam.

Haviam compreendido que tanto na Terra como em outros planetas, cada um tem seus próprios costumes, sendo necessário somente compreenderem-se mutuamente. "

Sugestões para trabalhar na aula:

1. O professor entregará uma cópia do conto aos estudantes, estipulando um tempo para leitura. O texto pode ser usado completo ou o professor pode suprimir, na primeira leitura, o parágrafo do cabeçalho que revela quem é o autor e, também, o parágrafo final de conclusão. Com respeito ao final, pode-se deixar só o princípio da oração (" Haviam compreendido que ..."), para que os estudantes a completem com sua própria conclusão. Após o debate sobre o conto, o professor contará aos alunos a parte que suprimiu. Assim poderá comparar se há coincidência entre o propósito e a conclusão do autor e a interpretação dos jovens.

2. Roteiro para debater em grupo:

- O que vocês mais gostaram do conto? Por quê?
- Vocês acham válido o conflito entre os cosmonautas? E entre os cosmonautas e o marciano?
- Em quais circunstâncias vocês sentem-se como o marciano? Em quais circunstâncias como os astronautas? Que conclusões vocês podem tirar disso?
- Existe alguma diferença entre o astronauta africano e os outros astronautas, que tenha dado ao primeiro a maior vantagem para entender o marciano?
- Como terminariam o conto? O que acham que os astronautas " Haviam compreendido"?
- Vocês acham que este é só um conto infantil? Por quê?

3. Dramatização:

Os estudantes dramatizarão o conto. Podem apegar-se à história original ou introduzir alguma mudança de comum acordo. Por exemplo: variar a nacionalidade, a raça ou o sexo dos astronautas. Não há nenhuma mulher nessa história!

Seria bonito apresentar o conto a meninos e a meninas. Depois de tudo, o autor diz que os escreveu para eles ... O professor ou a professora pode organizar um atividade deste tipo. Os estudantes prepararão uma representação do conto, dramatizada ou com marionetes, e a realizarão frente a um grupo de meninos e meninas, dentro do mesmo colégio, se existir classe primária, ou em outra escola do bairro. Eles mesmos conduzirão o debate posterior de seu público infantil. Também podem pedir-lhe que ilustrem o conto. Depois, de volta a sua classe, comentarão as reações e opiniões dos meninos.

A dinâmica que ora se propõe deve ser realizada numa sala de aula decorada com cartazes que contenham trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O professor convida os alunos a escrever em um papel os direitos que cada qual crê

possuir, distinguindo quais lhes são reconhecidos sem objeção e quais não lhes são reconhecidos (ou o são, mas com grande dificuldade). Em seguida, deve o aluno anotar os direitos dos outros que lhe custa aceitar e reconhecer. Em terceiro lugar, anotar os direitos que são violados com maior frequência no seu país.

Formam-se pequenos grupos, nos quais trocam-se impressões e opiniões; sugere-se a eles que façam comentários espontâneos entre si, podendo incentivá-los com as seguintes questões:

- Por que uns direitos são reconhecidos e outros não?
- Por que somos tão reticentes em admitir os direitos dos outros, mas tão diligentes para reclamar os nossos próprios direitos?
- Por que, ainda que a ONU tenha proclamado os direitos humanos e muitos países tenham assinado o Tratado, eles não são reconhecidos na prática?
- Quais são, segundo o grupo, os direitos fundamentais, os básicos, para toda pessoa?
- Como é vista a situação do nosso país, no que se refere ao respeito dos direitos humanos?
- Quais seriam as tarefas a realizar, a fim de conseguirmos um avanço significativo no reconhecimento dos direitos humanos, não apenas para alguns, mas para todos por igual?

2 - DIREITO À VIDA

(arts. 3, 5, 12 e 29 da Declaração Universal de Direitos Humanos)

"A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

III - a dignidade da pessoa humana"

Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 1º

1ª SUGESTÃO

O respeito à vida humana encontra-se minado pelo constante consumismo de violência que se realiza em uma sociedade de dominações. O seguinte guia de aprofundamento pode ajudar a tomar consciência do problema:

- a) Analise os programas de TV que conhece e indique três que contribuam para condicionar

as pessoas a reagir violentamente. Explique por quê.

b) Conhece algum caso em que alguma pessoa agiu claramente influenciada pelos meios de comunicação?

c) Você conhece algum caso de atuação coletiva violenta condicionada diretamente pelos meios de comunicação?

d) Pegue um jornal da última semana e faça uma lista de manchetes violentas e manchetes que indicam paz, harmonia e solidariedade. Quais são as conclusões que você pode tirar?

e) Tente explicar por que, apesar de ver, ler ou assistir programas violentos pelos meios de comunicação, nem todos atuam violentamente.

f) Analise os seus comportamentos violentos nos últimos dias desta maneira:

- Faça uma lista deles (pensamentos, palavras, gestos e ações);
- Explique-se por que agiu dessa forma;
- Reflita se havia outra forma de atuação melhor, ou se há mecanismos que podem ser aplicados para modificarem os seus comportamentos violentos (se não os encontrar, escute criticamente as idéias que lhe serão dadas pelo grupo).

g) Indique três propagandas que exaltem a violência ou valores que com ela contribuem. Explique.

h) Observe atentamente o seu meio (família, amigos, trabalho, bairro...) e indique as sementes de violência que ali existem.

i) Qual você crê que deva ser o primeiro passo para acabar com a violência estrutural? Como você se comprometeria pessoalmente (ou como grupo) nesse passo?

2ª SUGESTÃO

Ler e discutir o seguinte texto:

" A vida é necessária para que uma pessoa exista. Todos os bens de uma pessoa, o dinheiro e as coisas que ela acumulou, seu prestígio político, seu poder militar, o cargo que ela ocupa, sua importância na sociedade, até seus direitos, tudo isso deixa de ser importante quando acaba a vida. Tudo o que uma pessoa tem perde o valor, deixa de ter sentido, quando ela perde a vida. Por isso pode-se dizer que a vida é o bem principal de qualquer pessoa, é o primeiro valor moral de todos os seres humanos.

O respeito à vida de uma pessoa não significa apenas não matar essa pessoa com violência, mas também dar a ela, a garantia de que todas as suas necessidades fundamentais serão atendidas. Toda pessoa tem necessidades materiais, as necessidades do corpo, que se não forem plenamente atendidas levarão à morte ou a uma vida incompleta, que não se realiza totalmente e que já é um começo de morte. Assim, também, as pessoas têm necessidades espirituais, como a necessidade de amor, de beleza, de liberdade, de gozar do respeito dos semelhantes, de ter suas crenças, de sonhar, de ter esperança.

Todos os seres humanos têm o direito de que respeitem sua vida. E só existe respeito quando a vida, além de ser mantida, pode ser vivida com dignidade."

Dalmo de Abreu Dallari (acrescentar na bibliografia: Dalmo de Abreu Dallari, Viver em Sociedade, Editora Moderna, São Paulo, 1985).

3 . DIREITO À LIBERDADE

(arts. 4, 18, 19 e 20 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

"Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária"

Constituição da República Federativa do Brasil, artigo 3º

1ª SUGESTÃO

Não se pode desenvolver um grande amor à liberdade dos homens e ao respeito pelos seus direitos sem o contágio e a inspiração das personalidades que abriram e continuam abrindo as fronteiras da libertação. Assim, sugere-se uma pesquisa sobre a vida e testemunho de alguns dos primeiros lutadores pelos direitos humanos no Brasil, em especial os defensores dos direitos dos negros: Luís Gama, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco, André Rebouças, Antônio Bento, Zumbi.

2ª SUGESTÃO

Outro trabalho pode ser a coleta de informações veiculadas na imprensa que indiquem sinais de fraternidade e sinais de ruptura, sinais de liberdade e sinais de opressão, atos de respeito ou de repúdio à dignidade humana.

Propõe-se atividade focada em um fato nacional que afete os interesses e as ideologias dominantes, representados pelos diversos jornais e revistas, cujos textos devem ser recortados e afixados em um mural. A seguir, explicar a manchete, os subtítulos e chamadas, a localização e extensão da notícia, seu conteúdo e as fotos correlatas. Atentar para as eventuais discrepâncias na apresentação da informação, elencando os desvios que possam ser detectados:

- apresentação parcial de uma verdade;
- sensacionalismo;
- omissão, mistura de fatos e juízos de valor;
- manipulação do passado;

- vazios sugestivos, boatos sem base, enganos;
- exemplos insuficientes;
- generalização de fatos parciais;
- uso das emoções irracionais;
- desvio da atenção pública para algo irrelevante, etc.

Interessante refletir sobre a situação que vivemos em nosso país quanto à liberdade de opinião e o direito de receber informação e difundi-la. Todos os grupos da nossa sociedade, com o seu pensamento, suas necessidades e seus interesses estão representados na grande imprensa diária?

3ª SUGESTÃO

A dinâmica seguinte procura evidenciar as necessidades artificiais criadas pela propaganda e detectar quais são as necessidades reais verdadeiramente sentidas pelo povo.

- a) Apresenta-se a história de uma cidadezinha do interior que decidiu não se deixar mais ludibriar e que mudou os painéis de propaganda que havia na rodovia. Dá-se o seguinte exemplo:

"Não *Beba Coca-Cola*. Precisamos de água potável "

"Não *Venha para o mundo de Marlboro*. Queremos trabalho para todos!"

- b) Trazer propagandas e pintá-las com pincel atômico, para que os alunos pensem nas modificações que eles próprios poderiam efetuar:

"Não *Viaje a Miami*. Conheça o seu país!"

- c) Analisar as propagandas que mais conhecemos e ouvimos. Para dar esse passo, é preciso que se dividam em pequenos grupos. Que modificações faríamos nesses anúncios para que passassem a expressar realmente nossas necessidades e as do nosso povo?
- d) Realizar uma reflexão baseada na relação que vêem entre as liberdades humanas e o problema da propaganda.

Como experiência de interiorização segue um exercício de meditação em que cada um deverá perceber por si próprio em que pontos deve insistir:

- a) "Existo no meio dos outros". Este fato se constitui em um pressuposto para o qual talvez possa bastar um olhar de conjunto.
- b) "Pelos outros e através dos outros". Não dei a mim mesmo a existência. Minha vida provém dos meus pais... dos meus antepassados... Minha sobrevivência depende de

inumeráveis serviços prestados por outros: roupas, moradia, alimentação. Os meus conhecimentos... quantos deles são provenientes de mim mesmo? Minha própria estrutura pessoal depende do reconhecimento e aceitação por parte dos outros, mas também do conselho, da crítica e da resistência que eles me oferecem. Foi assim que ela se desenvolveu... A introspecção capta esta totalidade da pessoa, na qual confluíram tantas coisas da vida dos demais... Por outro lado, o influxo constante do comportamento dos demais, a atmosfera que eles criam e que facilita ou dificulta a minha própria vida...

- c) "Aos outros". Minha vida está, além disso, orientada para os outros... E, sobretudo, neles é que se realiza... Vivem os outros através de mim? Não vivo como uma árvore, que unicamente se desenvolve em virtude do ambiente que a rodeia; mais que isso, sou como uma ponte, que está aí pronta para os outros e à disposição dos outros. E quem são os outros?.. Trato de captar na minha vida esse "para os outros".
- d) "Nos outros". Estou naqueles que pensam em mim, que me afirmam, que me levam dentro de si e que me amam; naqueles aos quais minha morte significaria privar-lhes de algo, nos quais existo... Tento contemplar este fato... Minha vida não se circunscreve à minha própria pele. Estou atravessado, penetrado pela vida dos outros e, ao mesmo tempo, vivo neles.

4. DIREITO AO CONVÍVIO FAMILIAR

(art. 16 da Declaração Universal de Direitos Humanos)

"A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado."

Parágrafo 8º. O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações"

Art. 226. Constituição da República Federativa do Brasil

Esta atividade tem como objetivo possibilitar a análise da forma como distribuem-se as atividades habitualmente realizadas em casa, e se isso dificulta o convívio fraterno.

- a) Fazer uma lista, a mais exaustiva possível, de todas as atividades que supõem a condução de uma casa. Não temam entrar em detalhes.
- b) Colocar ao lado de cada item da lista as pessoas que realizam ou participam dessa atividade.
- c) Realizar um comentário quanto ao observado, respondendo sucessivamente às perguntas:

- quem realiza maior número de atividades?
- a que se deve que isto ocorra assim?
- está correto que isto esteja acontecendo?

d) Como descreveria as responsabilidades que você tem hoje para conduzir a família?

e) Como é o diálogo com seus pais e irmãos?

f) Em quais aspectos da vida em família você não participa? E quais são as tarefas que não está disposto a assumir? Porquê?

g) Está a par das necessidades e dos problemas da família e de cada um dos membros desta pequena comunidade?

h) Ao terminar o comentário, pode-se propor passar ao ponto seguinte : além disso, cada integrante do lar pode fazer mais o quê?

i) Concluir, tratando de indicar juntos o que nos parece que contribui ou dificulta um convívio mais harmonioso e feliz.

5 - JUSTIÇA

(arts. 6 a 11 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Artigo 1º. "A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito(...)"

Artigo 5º XXXV. "A lei não excluirá da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça a direito"

Constituição da República Federativa do Brasil

1ª SUGESTÃO: A IMPORTÂNCIA DAS LEIS

Se não existissem juízes...

O Moendeiro e o Rei

Conto tradicional alemão

"Há 200 anos vivia o rei Federico Segundo de Prússia. Federico era um dos reis alemães mais poderosos de seu tempo. 200 mil soldados formavam seu exército. Os territórios de seu reino eram quase tão grandes como o território que ocupam El Salvador, Nicarágua e Costa Rica ou a Amazônia. A Capital do reino era a cidade de Berlim.

O rei Federico tinha um palácio nos arredores da Capital. Lá retirava-se para descansar e gozar

da tranquilidade de seus jardins e bosques. Mas desgraçadamente junto ao palácio existia um moinho de vento. Este moinho pertencia a um senhor que o usava para moer os grãos de trigo até convertê-los em fina e branca farinha. Apenas soprava o vento, começavam a girar as grandes hélices. Estas por sua vez moviam as rodas de pedra que começavam a moer. Tudo junto fazia um barulho que chegava a muitos metros de distância. O rei chateava-se pois dizia que com esse escândalo não podia pensar nem trabalhar. Muito menos descansar.

Por fim, um dia mandou chamar o moendeiro e disse:

- Você compreenderá que não podemos seguir juntos neste lugar. Um dos dois terá que se retirar.

Quanto você pode me dar por este palácio?

No princípio o moendeiro não entendeu e por isso o rei explicou-lhe:

- Você não tem dinheiro para comprar este palácio. Por isso será melhor que me venda o seu moinho.

- Bom, disse-lhe o moendeiro, eu não tenho dinheiro para comprar o seu palácio, mas você também não pode comprar o meu moinho. O moinho não está a venda.

O rei pensou que o moendeiro queria conseguir um bom preço e por isso ofereceu-lhe mais do que valia a propriedade.

Mas o moendeiro voltou a dizer; - O moinho não está a venda.

O rei ofereceu-lhe uma soma maior ainda. Então o moendeiro disse: - Não venderei o moinho por nenhuma quantia. Aqui nasci e aqui quero morrer. Eu recebi esse moinho de meus pais e quero deixá-lo a meus filhos para que vivam sob o amparo e bênção dos meus antepassados.

O rei perdeu a paciência. De maneira cortante disse: - Homem, não seja néscio. Eu não tenho por que seguir discutindo com você. Se não quer fazer um trato que lhe convêm, chamarei uns entendidos para que digam quanto vale na realidade esse moinho velho. Isso será então o que se pagará a você e mandarei arrancar essa máquina.

Tranqüilamente o moendeiro sorriu e contestou a Federico:

- Isso você poderia fazer se não existissem juízes em Berlim.

O rei contemplou-o em silêncio. Contava a gente daquele tempo, que em lugar de enfurecer, agradeceu essas palavras. O moendeiro sabia que o rei respeitaria a lei.

Federico não insistiu mais. O moinho ficou no seu lugar como um monumento à justiça cega. Tão cega, que não distingue um rico de um pobre, ou um rei poderoso de um humilde moendeiro. Durante 200 anos chegaram pessoas de todas as partes do mundo para visitar esse lugar e ouvir a história do moendeiro e o rei.

Na última guerra mundial, uma bomba das tropas inimigas destruiu tanto o palácio quanto o moinho. Mas a história não foi esquecida. "

1. Discussão:

1.2 Como nascem as leis? Perguntas para orientação:

- O que é a lei?
- Quem a formula?
- Porquê?

O Professor organizará uma visita da turma à Câmara Municipal quando houver sessões em plenário. Os estudantes poderão entrevistar alguns parlamentares.

1.3 Como são aplicadas as leis? Perguntas para orientação:

- Por que se obedece a lei?
- Como se faz "justiça" ?
- Como se consegue a igualdade ante a lei?

Sugere-se uma visita ao Fórum ou ao Tribunal para que os estudantes assistam a audiências. Seria interessante que fossem entrevistados juízes, advogados, defensores públicos e promotores.

2ª SUGESTÃO: Discussão de casos

"Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou crime propriamente militar, definidos em lei"

Artigo 5º LXI. Constituição da República Federativa do Brasil

"Há dois dias, foi detido à porta de sua casa o filho de uma vizinha amiga. Foi levado embora e ninguém teve mais notícias dele, apesar de haver sido procurado. Esta vizinha veio muito aflita à minha casa e disse que não sabe por que prenderam seu filho e nem aonde ele está. Pergunta-me, em seguida, quais são os direitos do seu filho detido. Respondo-lhe o quê? Como posso ajudá-la?"

Elementos que devem ser levados em consideração para a discussão e que são direitos da pessoa que é objeto de detenção legal:

- a) Direito a ser informada das razões de sua detenção e notificada; sem demora, de quê é acusada. (Art. 5º LXI)
- b) Direito de ser posta à disposição do Juiz, sem demora, e de ser julgada em um prazo razoável, ou ser posta em liberdade, sem prejuízo da continuidade do processo. (Art. 5º LV, LXII.)
- c) Direito à libertação, pendente o processo, salvo nos casos em que tal benefício esteja

expressamente denegado pela lei. (Art. 5º LXVI)

- d) Direito de impugnar judicialmente a legalidade da detenção. Trata-se do secular direito de *habeas corpus*, que é uma garantia constitucional específica para proteger o direito de ir, vir e ficar, assegurando a liberdade individual. (Art. 5º LXVIII)

"Três famílias que foram despejadas de um cortiço por não poder pagar o aluguel dos seus respectivos cômodos invadiram uma propriedade abandonada, nos subúrbios da cidade. Este fato ocorreu em 1971. Anos mais tarde, foi aprovada uma lei relativa a este tipo de usurpações, imputando-lhe outra figura delituosa, mais grave. Estas famílias podem ser condenadas segundo esta última legislação?"

Para a discussão deste segundo caso sugerimos considerar estes dois princípios jurídicos de garantia penal:

- a) Princípio da legalidade (art. 5º XXXIX). Consiste em que as condutas suscetíveis de ser qualificadas como delitos e as penas correspondentes devem se encontrar na lei, taxativamente. Não há delito, nem pena, sem lei que assim determine.
- b) Princípio da irretroatividade da lei penal (art. 5º XL). A lei penal não pode atingir um fato anterior a ela, a menos que beneficie a pessoa que praticou a ação delituosa. Buscar evitar arbitrariedades, afastando a insegurança jurídica e a incerteza que significaria a sanção posterior ao fato, partindo do caso concreto já produzido.

3ª SUGESTÃO: Explicação do professor sobre alguns textos legais

Alguns textos legais relevantes para a defesa dos direitos humanos.

Constituição da República Federativa do Brasil

A Constituição Federal é o texto legal que apresenta as regras e os princípios mais importantes no nosso país. Isso quer dizer que todas as leis brasileiras, assim como todas as decisões judiciais, devem estar de acordo com ela.

Após um longo período de ditadura militar no Brasil, foram eleitos pelo povo parlamentares que formaram o Congresso Nacional Constituinte. Esses representantes, contando com ampla participação popular, elaboraram a Constituição Federal, publicada em 1988.

Esse texto legal reconhece direitos fundamentais da pessoa humana e apresenta os princípios que devem nortear as políticas públicas desenvolvidas pelos governos federal, estadual e municipal. De acordo com as suas disposições, o Brasil é uma República Federativa, composta de Estados e Municípios que gozam de competência própria prevista pela Constituição Federal, pelas Constituições Estaduais e pelas Leis Orgânicas do Município.

Constituição do Estado de São Paulo

A Constituição Estadual apresenta função correlata à Federal, sendo válida somente para o Estado de São Paulo. Ela reafirma os direitos, fundamentais consagrados na Constituição Federal, de maneira a enfatizar sua importância. Todas as leis estaduais devem ser coerentes com esse texto de lei.

Após a elaboração da Constituição Federal, foram eleitos os representantes do povo na Assembleia Legislativa. Esses deputados estaduais redigiram então a Constituição do Estado de São Paulo.

Lei Orgânica do Município

Todos os municípios brasileiros devem ter a sua própria Lei Orgânica: Essa lei cumpre, no âmbito do município, as mesmas funções das Constituições. É portanto a lei mais importante, apresentando as normas e diretrizes básicas para o município.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Durante a Segunda Guerra Mundial, o mundo viveu enormes violações dos direitos fundamentais, atingindo a vida, a dignidade e a liberdade de inúmeras pessoas. Após esse terrível momento da nossa história, foi elaborada a Declaração Universal de Direitos Humanos, contendo direitos humanos que devem ser assegurados por todos os países. O Brasil reconhece esses direitos, assumindo portanto um compromisso mundial de respeitá-las.

6. POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO

(art. 21 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e

"Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição"

Artigo 1º, Constituição da República Federativa do Brasil

"Os homens, as famílias e os diversos grupos que constituem a comunidade civil são conscientes de sua própria insuficiência para conseguir uma vida plenamente humana e percebem a necessidade de uma comunidade mais ampla, na qual todos conjuguem diariamente suas energias em função de uma melhor busca do bem comum. Por isto formam comunidades políticas segundo vários tipos institucionais."

Concílio Vaticano II

1ª SUGESTÃO

Propõe-se uma oficina objetivando especificamente levar o participante a :

- refletir sobre a participação como um exercício da cidadania;
- analisar as formas de participação existentes em nossa sociedade;
- comprometer-se com ações concretas de participação social.

1º Momento: PARA NÓS, O QUE É PARTICIPAR

A idéia, nesta etapa, é RECONHECER o conceito de cada um sobre participação. Assim, sugere-se:

- Solicitar que cada pessoa, em silêncio, escreva no papelógrafo o que entende por participação;
- Incentivar uma leitura coletiva. Durante a leitura, em voz alta, o coordenador sublinha as palavras e frases mais importantes para o grupo.

2º Momento: NOSSA PARTICIPAÇÃO

Para a realização desta etapa, sugere-se duas alternativas:

- Apresentar o vídeo *Eleições: Lindomar Ribeiro* e estimular o grupo a trocar impressões sobre o que lhe chamou mais atenção, comparando com as palavras e frases sublinhadas no 1º momento e que refletem o que consideram fundamental em relação à participação;

- Ou introduzir o momento destacando a participação política como uma forma de participação do cidadão e convidando os participantes a observarem um painel, previamente elaborado, com frases sobre alguns cuidados que se deve ter ao votar. Por exemplo:

- SEJA UM ELEITOR ESPERTO
- FORME GRUPOS PARA ESCOLHER CANDIDATOS
- DESCONFIE DA EMBALAGEM: BONITEZA E CHARME NÃO BASTAM
- PESQUISE O PASSADO DOS CANDIDATOS
- NÃO BASTA VOTAR, TEM QUE ACOMPANHAR
- DESCUBRA SE O CANDIDATO FALA A VERDADE
- PENEIRE SEUS CANDIDATOS
- O PARTIDO TEM QUE SER PARA VALER
- VERIFIQUE O INTERESSE DOS CANDIDATOS: ELE É AMIGO DOS POBRES?
- PROCURE SABER QUEM FINANCIA AS CAMPANHAS DOS CANDIDATOS

Também, neste caso, o grupo deverá ser estimulado a comentar as frases observadas e relacioná-las com aquelas criadas no 10 momento, indicando diferentes formas de participação durante o processo de eleição.

- Depois, formar pequenos grupos e solicitar a leitura de alguns artigos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, do *Estatuto da Criança e do Adolescente* e do texto sobre participação, retirado do livro *O Que é Participação?* (Bordenave, 1983)
- Estimular o grupo a comentar sobre o que discutiram e leram até aqui, incentivando a elaboração de um cartaz - síntese;
- Ou estimular o grupo a montar uma peça, para posterior apresentação em plenário, que expresse as reflexões realizadas, a questões como: *Como é nossa participação no cotidiano? O que é necessário para participar? Quais são as formas mais comuns de participação? Em que aspectos devemos participar mais? A participação é importante para o exercício da cidadania? Por quê?*

3º Momento: DIREITO DE PARTICIPAR

Esta é a etapa para APROFUNDAR o debate. Por isto, propõe-se:

- Solicitar a apresentação, em plenário, do cartaz ou da peça, criados pelos participantes;
- Fazer uma síntese, estimulando o diálogo decorrente da análise dos trabalhos realizados.

4º Momento: DIREITO DE PARTICIPAR: NOSSO COMPROMISSO

A realização deste momento exige a criação prévia do jogo de cartas: COMO POSSO PARTICIPAR? Para montá-lo, basta seguir as instruções:

- recorte folhas de cartolina de três cores diferentes em 18 cartões, de 6cm por 5 cm, sendo 6 de cada cor;
- anote nos cartões as palavras indicadas, de acordo com o grupo/cor de cada um.

Grupo A (Ex. Verde)					
No trabalho	Na escola	Na comunidade	Na cidade	No país	Na América Latina

Grupo B (Ex. amarelo)					
Como Amigo/a	Como Estudante	Como Esportista	Como Filho/a	Como Colega	Como Namorado/a

Grupo C (Ex. Vermelho)					
Com meu Conhecimento	Com Atitudes	Com Organização	Com minhas Ações	Com Solidariedade	Com Sentimento

Tudo pronto, o coordenador deve estimular o grupo a jogar, de acordo com as orientações:

- Dividir as cartas em 3 grupos - A, B e C -, colocando-as sobre à mesa, com a face escrita virada para baixo;
- Com os participantes sentados em círculo, sortear aquele que dará início ao jogo;
- Pedir, então, que esta primeira pessoa retire uma carta do grupo A e leia o que está escrito para todos;
- Solicitar que os participantes respondam à pergunta Como posso *participar?*, dando um exemplo de participação, de acordo com a situação escrita na carta apresentada. Cada um tem 3 minutos para pensar na sua resposta, escrevendo, em seguida, o que pensou em um pedaço de papel;

- Pedir que cada um leia para os demais o exemplo que escreveu. Depois, pedir que, coletivamente, selecionem um dos exemplos como compromisso de todo o grupo;
- Continuar o jogo, sorteando outra pessoa para tirar uma carta do grupo B, repetindo as instruções já descritas;
- O jogo termina quando os participantes tiverem reunido uma série de compromissos possíveis de serem realizados.

RECURSOS DE APOIO

VÍDEOS

Lindomar Ribeiro-em Participação Política, produção de,CECIP, Rio de Janeiro, duração de 15 min, 1990.

Trata-se de um programa de ficção que mostra um político que quer comprar votos da população e a reação das pessoas na rua diante desta atitude insólita.

A DEMOCRACIA QUE QUEREMOS. Produção: Associação Brasileira de Vídeo Popular, São Paulo (17 min), 1992.

Apresenta uma experiência de participação popular a nível municipal.

CONSTRUINDO A CIDADANIA. Produção: Associação Brasileira de Vídeo Popular, São Paulo (13 min), s/d. Discute a questão da cidadania e diferentes formas de construí-la.

DIREITOS DE CIDADANIA. Produção: CETA/IBASE – CECIP- FASE, Rio de Janeiro (22 min), 1989. Mostra o que o povo sabe sobre seus direitos e apresenta depoimentos de analistas sobre o tema.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. Produção: CECIP, Rio de Janeiro (15 min), 1990. Conta uma história fictícia de um político que quer comprar votos da população.

TEXTO

Qual é a origem da palavra "participação"?

"Pergunte-se a qualquer pessoa o que é participação e, com toda certeza, ela mencionará a palavra "parte" em sua resposta. Seguramente vai dizer que "participar é fazer parte de algum grupo ou associação", ou "tomar parte numa determinada atividade"; ou, ainda, "ter parte num negócio".

- Fazer parte.*
- Tomar parte.*
- Ter parte.*

De fato, a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte ou ter parte. Mas é tudo a mesma coisa ou há diferenças no significado destas expressões?

"Bulhões faz parte de nosso grupo mas raramente toma parte das reuniões. "

"Fazemos parte da população do Brasil mas não tomamos parte nas decisões importantes."

"Edgar faz parte de nossa empresa mas não tem parte alguma no negócio. "

Estas frases indicam que é possível fazer parte sem tomar parte e que a segunda expressão representa um nível mais intenso de participação. Eis a diferença entre a participação passiva e a participação ativa, a distância entre o cidadão inerte e o cidadão engajado.

Ora, mesmo dentro da participação ativa, isto é, entre as pessoas que "tomam parte"; existem diferenças na qualidade de sua participação.

Algumas, por exemplo, sentem "ser parte" da organização, isto é, se consideram como "tendo parte" nela e lhe dedicam sua lealdade e responsabilidade.

Outras, embora muito e ativas, talvez levadas pelo seu dinamismo natural, não professam uma lealdade comprometida com a organização e facilmente a abandonam para gastar suas energias excedentes em outra organização.

A prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte mas como se toma parte.

Possivelmente, a insatisfação com a democracia representativa que se nota nos últimos tempos em alguns países se deva ao fato de os cidadãos desejarem cada vez mais "tomar parte" no constante processo de tomada nacional de decisões e não somente nas eleições periódicas. A democracia participativa seria então aquela em que os cidadãos sentem que, por "fazerem parte" da nação, "têm parte" real na sua condução e por isso "tomam parte" - cada qual em seu ambiente - na construção de uma nova sociedade da qual se "sentem parte".

O homem participa nos grupos primários, como a família, o grupo de amizade ou de vizinhança, e participa também dos grupos secundários, como as associações profissionais, sindicatos, empresas.

Participa ainda dos grupos terciários, como os partidos políticos e movimentos de classe.

Podemos então falar de processos de micro e de macroparticipação. É importante distingui-los porque muitas pessoas participam somente em nível micro sem perceber que poderiam - e talvez deveriam - participar também em nível macro, ou social.

Para A.Meister a microparticipação é a associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum da qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos (...)

A macroparticipação, isto é, a participação macrosocial/, compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade, quer dizer, na história da sociedade. Sua conceitualização, por conseguinte, deve incidir no que é mais básico na sociedade, que é a produção dos bens materiais e culturais, bem como sua administração e seu usufruto.

Segundo esta premissa, participação social é o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada (Safira Bezerra Amman) (...)

Assim, a construção de uma sociedade participativa converte-se na utopia-força que dá sentido a todas as microparticipações. Neste sentido, a participação na família, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade; constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro numa sociedade onde não existam mais setores ou pessoas marginalizadas. Aos sistemas educativos, formais e não-formais, caberia desenvolver mentalidades participativas pela prática constante e refletida da participação.

O interessante é que a luta pela participação social envolve ela mesma processos participativos, isto é, atividades organizadas dos grupos com o objetivo de expressar necessidades ou demandas, defender interesses comuns, alcançar determinados objetivos econômicos, sociais ou políticos, ou influir de maneira direta nos poderes públicos.

Concebida a participação social como produção, gestão e usufruto com acesso universal, põe-se a descoberto a falácia de se pretender uma participação política sem uma correspondente participação social equitativa: com efeito, na democracia liberal os cidadãos tomam parte nos rituais eleitorais e escolhem seus representantes, mas, por não possuírem nem administrarem os meios de produção material e cultural, sua participação macrosocial é fictícia e não real. "

Bordenave, Juan e Diaz, *O Que é Participação?*

Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

2ª SUGESTÃO: O Bem Comum: A Dinâmica dos Quadrados

Objetivo: Esta dinâmica visa levar o grupo a refletir bem concretamente acerca das atitudes básicas e necessárias para a busca do bem de toda a comunidade.

Elementos necessários:

- a) Elaborar previamente os quadrados, segundo os modelos indicados (ver ilustração na parte final da exposição da dinâmica).
- b) Distribuir as diversas partes de cada um dos quadrados em envelopes de carta, com três partes diferentes, retiradas de três quadrados diferentes.
- c) Preparar várias mesas pequenas para facilitar a elaboração dos quadrados.

PRIMEIRA ETAPA

O coordenador convida quatro participantes a sentar-se em volta de cada uma das mesas. Recomenda-se a todos particular seriedade e silêncio no desenvolvimento do trabalho; são indicados, dentre os demais participantes vários que atuarão como observadores, em torno de cada uma das mesas, para prestar conta de forma como serão armados os quadrados.

O coordenador fará estas *recomendações* para os que irão elaborar os quadrados:

- a) Não falar. Não fazer sinais de qualquer tipo uns aos outros. Não se apoderar das partes dos quadrados. Não pedir nenhuma parte do quadrado.
- b) Pode-se ceder alguma parte do quadrado. Pode-se desfazer o quadrado para ajudar outro participante.
- c) Os quadrados devem ser feitos todos com os três pedaços que os conformam.
- d) Todos os quadrados serão iguais.

Para os *observadores*:

- a) Vão limitar-se à observação e a anotar em silêncio.
- b) Não podem ajudar, nem sugerir, nem fazer sinais.
- c) No plenário, prestarão contas das suas observações quanto às atitudes dos que elaborarão os quadrados, atitudes positivas ou negativas:
 - participação no trabalho;
 - espírito de iniciativa ou passividade;

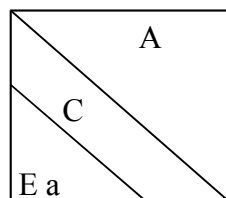
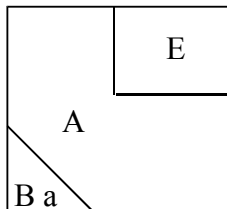
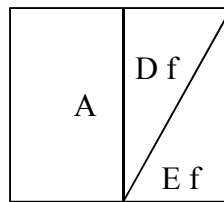
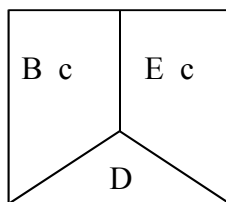
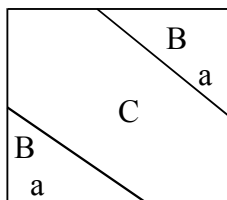
- derrotismo ou colaboração com os companheiros;
- egoísmo ou altruísmo;
- nervosismo ou domínio pessoal.

O coordenador distribuirá os envelopes com os pedaços que conformam os quadrados; a um sinal que fizer, cada participante abrirá o seu envelope e iniciará a tarefa. Os que terminarem primeiro esperarão em silêncio que os outros companheiros terminem o trabalho.

SEGUNDA ETAPA

É estabelecido um diálogo dirigido pelo coordenador, com perguntas do tipo:

- a) Como se sentiu durante a elaboração dos quadrados (nervoso, sereno, inquieto)? Por quê?
- b) Quem encontrou no envelope os três pedaços exatos do quadrado?
- c) Qual foi a maior dificuldade encontrada durante a dinâmica?
- d) Como poderia ter sido mais fácil formar os quadrados?
- e) O silêncio foi um obstáculo ou uma ajuda? Por quê?
- f) Notou colaboração entre os companheiros?
- g) Ficou incomodado sentindo-se observado?
- h) O fato de não ter encontrado no envelope os três pedaços do quadrado necessários para formá-lo sem nenhuma dificuldade ensina-lhe o quê?
- i) Alguém foi capaz de desarmar o seu próprio quadrado já montado para ajudar, com um dos seus pedaços, outro companheiro?
- j) Alguém, depois de haver feito o seu quadrado, com ar de satisfação, marginalizou-se do trabalho?
- l) Alguém pensou em ajudar os outros, antes de fazer o seu próprio trabalho?
- m) Estas atitudes refletem o quê do espírito de cada um?
- n) Esta dinâmica tem semelhanças com a vida? Quais? Indique circunstâncias nas quais estas semelhanças ocorrem.
- o) Que relação vêem entre o aprendido nesta dinâmica e o apresentado no trabalho anterior, quanto à comunidade política como exigência para a realização humana?



3ª SUGESTÃO

"é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar"

Art. 5º XXVII. Constituição da República Federativa do Brasil

O direito de associação e de reunião responde a necessidades fundamentais da pessoa, de dar e receber solidariedade, de criar e de trabalhar, de compreender e dar sentido. Propõe-se ao educador que, junto com o grupo, faça uma lista bem ampla com diversos exemplos de grupos, organizações, instituições, que estão atuando significativamente no meio. Este pode ser o local, bairro, distrito, cidade, estado ou país. Selecione, junto com os membros do grupo, uma ou duas organizações ou instituições que - de comum acordo - sejam consideradas de interesse para a pesquisa. Para fazer a análise, são sugeridos os seguintes pontos:

a) Situação social:

A que grupo ou instituição mais ampla pertence?

Como se situa esta instituição ou grupo nas estruturas de classes sociais?

b) Prática:

Quais são os seus terrenos preferidos de atuação?

No econômico, no político, no ideológico, no cultural etc. Fazem o quê?

Que métodos de atuação privilegiam?

c) Apoio:

Dispõe de quais apoios, públicos ou privados?

Que pessoas lhe prestam apoio?

Serve-se do Estado para as suas atividades?

Quais são as suas fontes de financiamento?

d) Interesses:

Que interesses manifesta?

Dados o contexto e sua forma de atuar, quais são os seus interesses reais?

e) Força ou peso social:

Que capacidade de mobilização e de chegar até as pessoas possui?

É organização de que tipo?

Como é a distribuição do poder e da responsabilidade entre os membros?

Qual é o seu respaldo jurídico?

Possui que prestígio no meio?

f) Balanço:

Desempenha que papel na promoção da dignidade humana e no resgate do exercício da responsabilidade frente a problemas coletivos?

Que papel desempenha na transformação do meio?

7. DIREITO À SAÚDE

(art. 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. "

Constituição da República Federativa do Brasil

SUGESTÕES:

- A sala de aula pode ser decorada com cartazes nas paredes que contenham dados sobre a situação da saúde obtidos em pesquisa pelos próprios alunos.
- Visitas a unidades de saúde de bairros e conversa com o pessoal das mesmas sobre os problemas que vivem e a organização e recursos com que tentam enfrentá-los.
- Recolher testemunhos de alguns professores que trabalham com crianças que sofrem de desnutrição. Que consequências há para a vida delas e para a aprendizagem escolar?
- Conversar com alguns assistentes sociais que trabalham nos nossos hospitais sobre os principais problemas dos enfermos que recorrem à sua orientação.
- Um dos fatores mais importantes que condicionam a saúde é o trabalho. Permanecemos no local de trabalho pelo menos um terço da nossa vida, e se este se realiza em condições deficientes, a saúde se ressent e enfraquece. Algum educador especializado

em segurança do trabalho poderia ajudar o grupo a melhor apreender estes aspectos.

- O meio ambiente, o urbanismo, o planejamento urbano e outros fatores influem de maneira decisiva na nossa saúde. Pode-se realizar uma visita a um bairro, com certas
- pautas de observação previamente! definidas, a fim de tentar descobrir todos os elementos que podem estar influenciando na saúde dos que moram ali.
- Na prática, o direito à saúde passa pelo direito ao atendimento sanitário a toda a população, sem discriminação de nenhum tipo. Na nossa sociedade, como em outras, há marcada tendência à discriminação de determinados grupos de cidadãos: os doentes mentais, os presos, os toxicômanos, os aleijados, os velhos, as crianças portadoras de deficiência. A visita a algumas instituições que tentam atendê-los e a conversa com o pessoal que trabalha com eles pode nos ajudar a captar as carências e os enormes problemas que existem para atender dignamente a estes seres humanos.
- Estimular a discussão com base na pergunta: *Como grupo, como podemos nos comprometer para mudar a realidade da saúde no nosso país?* Solicitar que cada participante escreva, num papel em forma de curativo, o seu compromisso, para, em seguida, colar sobre o mapa da América Latina.

8. DIREITO A ESCOLA PARA TODOS

(art. 26 da Declaração Universal dos direitos Humanos e
art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente)

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. "

Constituição da República Federativa do Brasil

1ª SUGESTÃO:

Esta oficina objetiva, especificamente, levar o participante a:

- reconhecer a educação como um direito social básico do ser humano, que deve ser garantido pelo Estado;
- refletir criticamente sobre a realidade da educação no Brasil e nos outros países latino-americanos; tomar consciência da importância de uma concepção de educação que promova a justiça e os *direitos* humanos;
- comprometer-se *com* ações concretas orientadas à promoção de uma educação libertadora e democrática.

1º Momento

É hora de RECONHECER a própria experiência. Para isto, indica-se:

- Incentivar a audição da música *Aquarela* e sugerir ao grupo para acompanhar a letra, pensando nos momentos mais marcantes de sua experiência na escola.
- Pedir para cada participante relatar um fato da vida escolar que considere especialmente significativo.
- Fazer uma síntese, ressaltando os aspectos que você, coordenador, considera mais relevantes em relação ao tema a ser aprofundado, durante os demais momentos da oficina.

2º Momento: A EDUCAÇÃO HOJE

Para a execução desta dinâmica é necessário que o coordenador, monte um painel, contendo dados estatísticos artigos de jornal, fotos, etc. sobre o estado atual da educação no Brasil e em toda a América Latina.

3º Momento: O DIREITO À EDUCAÇÃO

Nesta etapa, é momento de CONHECER as idéias de todos os grupos e APROFUNDAR a discussão.

Assim, sugere-se:

- Estimular a apresentação em plenário das dramatizações planejadas
- Em seguida, incentivar o diálogo a partir das questões apresentadas e fazer uma síntese final.
- Solicitar uma leitura coletiva de textos sobre a educação no Brasil atual.

4º Momento: O DIREITO À EDUCAÇÃO : NOSSO COMPROMISSO

É hora de planejar a AÇÃO. Para isto propõe-se:

- Colocar um cartaz com o desenho de um tronco e as raízes de uma árvore em local visível.
- Distribuir entre os participantes pedaços de papel cortados em forma de folhas de árvore.

- Solicitar que cada pessoa preencha uma ou mais folhas, escrevendo o compromisso que gostaria de assumir, para que a educação melhore em nosso país.
- Depois, pedir que cada um leia, em voz alta, o(s) compromisso(s) que escreveu e coloque sua(s) folha(s) na árvore.
- Quando a árvore estiver montada, estimular o grupo a escolher um ou mais compromissos para serem assumidos em conjunto:

9. CULTURA

(arts. 26 e 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

"O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. "

Artigo 215. Constituição da República Federativa do Brasil

"...toda ação cultural é sempre uma forma sistematizada e deliberada de ação, que incide sobre a estrutura social, no sentido de mantê-la tal como está, de verificar nela pequenas mudanças e transformá-la. A ação cultural - consciente ou inconscientemente - está a serviço da dominação ou está a serviço da libertação dos homens."

Paulo Freire

A dinâmica abaixo sugeri da pode ser iniciada pelo questionamento dos próprios educadores sobre quais fatos ou acontecimentos eles indicariam que, no ano passado, favoreceram o desenvolvimento dos direitos culturais?

Trata-se, por exemplo, de constatar o surgimento de pequenas ou grandes organizações, nas quais as pessoas se reuniram para resolver algum problema da comunidade, como a alimentação, habitação, saúde, trabalho, educação, lazer. Pode-se, aí, reiniciar outra experiência de relação humana não dominante, de conhecimento e análise da realidade, de tomada de consciência do poder para transformá-la.

Pode-se recorrer à observação de fatos como:

- sopas populares;
- cooperativas de consumo;
- organização para impedir um despejo ou a aplicação de uma lei que afeta o bem comum da maioria;

- um grupo de desempregados que, juntos, decidem enfrentar o problema;
- uma policlínica que lança um plano de agentes de saúde para fazer com que seus usuários participem ativamente;
- um grupo de jovens que decide organizar o lazer no seu bairro;
- um boletim com informação alternativa que atenda aos interesses e dúvidas da população;
- um grupo de teatro que procura despertar a capacidade de expressão de pessoas que nunca tiveram essa oportunidade;
- um clube político, que procura outras formas de dialogar sobre os problemas das pessoas que moram na região, etc.

Muitas vezes, estas pequenas organizações, relacionando-se com outras similares, vão criando uma frente comum, e suas possibilidades de influenciar e transformar a realidade crescem de maneira notável.

Um segundo questionamento refere-se a quais fatos ou acontecimentos poderiam ser ressaltados como ameaçadores e violadores dos direitos humanos.

Por contraposição, consegue-se descobrir que há fatos, ações, modos de organização que procuram manter as pessoas em uma situação de aberta ou velada dependência, na qual a análise da realidade é falsa ou ambígua e a conclusão é sempre desmobilizadora: "isto é muito difícil", "nós não sabemos": "não temos autoridade", "vamos chamar fulano", etc. Cada vez que se coloca um empecilho ou um impedimento direto ou se obstaculiza com informação distorcida ou pseudo-organizações paternalistas, os direitos culturais do povo estão sendo ameaçados ou já estão sendo violados.

Às vezes, há instituições que procuram aliviar as tensões sociais crescentes, mas que defendem claramente uma visão justificadora da situação imperante. A participação das pessoas é funcional, em torno das necessidades imediatas e, geralmente, acabam adaptando-se ao sistema, sem nenhuma possibilidade de criticá-lo e, portanto, de transformá-lo.

Para realizar este trabalho de diagnóstico, pode ser sugerido colecionar jornais ou revistas durante o período de tempo convencionado. A análise em comum criará condições para continuarmos aprofundando sobre o que é fazer cultura e em que consiste lutar pelos direitos culturais.

10 - DIREITO À MORADIA

(arts. 13 e 17 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

São objetivos dessa oficina:

- Refletir sobre as desigualdades de moradia existentes no Brasil;
- Analisar as circunstâncias em que se dão tais desigualdades que geram um alto índice de habitações inumanas para a maioria da população brasileira e de toda a América Latina;
- Comprometer-se com ações orientadas a reverter o quadro de falta de moradia digna existente no Brasil.

1º Momento : AS DIVERSAS FORMAS DE MORAR

Para a realização deste momento, o coordenador deve organizar, com antecedência, um álbum seriado com figuras das diversas formas de moradia, de vários grupos sociais, encontrados nos países latino-americanos no decorrer da história até os dias atuais.

Como exemplo é possível citar: as aldeias indígenas, as senzalas, os casarões coloniais, as palafitas dos ribeirinhos, os cortiços, as favelas, as casas de classe média, os edifícios, as mansões, os mendigos nas ruas.

Tudo pronto, sugere-se:

- Solicitar que o grupo observe as figuras apresentadas e analise a importância da moradia na vida do ser humano, fazendo uma correlação entre o espaço físico interno e externo das moradias, como elas estão distribuídas e organizadas na sociedade brasileira e de que forma estas questões contribuem ou não para uma qualidade de vida digna.
- Pedir para que o grupo faça, em um cartaz, uma listagem das diferentes formas de moradia existentes atualmente na cidade em que vive.

2º Momento: A MORADIA COMO DIREITO DE TODOS

É hora de trabalhar em pequenos grupos e de DISCUSSÃO. Para isso, propomos:

- Formar dois ou três grupos e solicitar que leiam alguns artigos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e do *Estatuto da Criança e do Adolescente*, bem como de textos sobre a questão da moradia.
- Em seguida, promover uma discussão livre do texto e aprofundar o debate, a partir de

questões como: *Onde, no seu dia-e-dia, você identifica situações de moradia em condições inumanas? Quais são as causas que levam as pessoas a viverem em condições precárias de moradia ou a não terem onde morar atualmente no Brasil?*

- Estimular a elaboração de um cartaz-síntese da discussão para posterior apresentação em plenário.

3º Momento

Nesta etapa, o aprofundamento da REFLEXÃO e do DIÁLOGO. Sugere-se, então:

- Promover a audição da música *O Resto do Mundo, de Gabriel, o Pensador*.
- Incentivar o livre diálogo sobre a realidade que a música descreve.
- Solicitar a apresentação em plenário das sínteses elaboradas nos pequenos grupos, tendo por base os cartazes construídos.
- Realizar uma síntese final. Esta pode ser uma atividade específica do coordenador.

4º Momento: CASA PARA TODOS: NOSSO COMPROMISSO

Mais uma vez, é momento de partir para a AÇÃO, sugerindo-se por isto:

- Estimular o grupo a elaborar uma carta-compromisso, propondo ações de combate à falta de moradia, tendo por base a questão: *como podemos colaborar com os grupos dos sem-terra, sem-moradia e sem-teto no nosso dia-a-dia, para que tenham seu direito à moradia respeitado?*

11 - MULHER

(art. 1 e 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e Declaração de Pequim)

I . Homens e mulheres são, iguais em direitos e obrigações nos termos desta Constituição."

Artigo 5º. Constituição da República Federativa do Brasil

"A mulher é uma pessoa exatamente no mesmo sentido em que é o homem. Mas como é difícil ter consciência de todas as conseqüências que tem essa verdade elementar? Por que é assim?

Nascer homem ou mulher é um fato determinado geneticamente, mas os papéis sociais de homem ou de mulher aprendem-se ou se adquirem culturalmente, de acordo com os padrões da sociedade. Há características de ser homem ou de ser mulher, que são consideradas normais ou naturais por muitas pessoas. Estas características são reais e míticas ao mesmo tempo: reais porque são observadas no homem e na mulher, e míticas porque se

supõem naturais, inerentes ao sexo, quando, na verdade, são adquiridas culturalmente.

Estas construções culturais influem poderosamente, desde o nascimento, na base da personalidade e da auto-imagem que se vai formando de si mesmo. Abordar o problema da discriminação dos direitos da mulher e detectar suas raízes profundas implica enfrentar e descobrir mitos falsos, transmitidos por múltiplos canais, para que possamos submetê-los à crítica." Luiz Pérez Aguirre e Juan José Mosca. DIREITOS HUMANOS - pautas para uma educação libertadora.

1. Distribuir as seguintes instruções:

"Escreva o primeiro nome que lhe vier à cabeça para cada um dos personagens deste relato:

Reunida a comissão diretora (integrada por 5 membros) do Clube/Associação, a pessoa encarregada da presidência decide começar a-sessão. A pessoa encarregada de redigir a ata informa a ordem do dia:

- a pessoa encarregada da tesouraria apresentará seu informe anual sobre o orçamento;
- será escolhida uma pessoa dentre duas que se apresentaram para encarregar-se das tarefas da cozinha;
- será escolhida uma pessoa dentre duas pessoas que se apresentaram para ficar encarregadas da preparação física da equipe esportiva. "

Quando tiverem terminado, o professor recolherá as folhas e fará um esquema no quadro para computar as respostas:

Personagens	Nomes masculinos		Nomes femininos	
	meninas	meninos	meninas	meninos
Presidência				
Tesouraria				
Encarregado de Atas				
4º membro				
5º membro				
nº 1 cozinha				
nº 2 cozinha				
nº preparação física				
nº 2 preparação física				

Perguntas para orientação:

- Que cargos ou ocupações vincularam majoritariamente a classe com o sexo feminino e quais com o masculino?
- Há diferença entre as respostas das meninas e dos meninos?
- Que lhes sugerem estes resultados?
- Têm alguma relação com o tema dos estereótipos sexuais?

2. Solicitar aos alunos que relacionem qualidades ou traços de caráter do ser humano, como ternura, frieza, autoritarismo etc. Essas características serão colocadas em um quadro, desenvolvendo-se então uma discussão sobre quais delas são considerados próprios dos homens e quais são próprios das mulheres. Discutir com o grupo se estas mitologias relativas aos sexos são "naturais" ou discriminatórias contra a mulher, e por quê?

3. A discussão pode ser enriquecida com as seguintes atividades:

- Um grupo pode analisar alguma das revistas "dedicadas à mulher", vendidas nas bancas de jornais. Podem-se também utilizar os "suplementos femininos" de algum jornal ou as personagens de alguma telenovela transmitida na ocasião. Trata-se de extrair as características que são atribuídas ao ser feminino em oposição à masculinidade.
- Outro grupo pode analisar nos livros utilizados nos três primeiros anos escolares as figuras de homem e de mulher que aparecem e os traços característicos que lhes são atribuídos.

12 . DISCRIMINAÇÃO RACIAL

(art. 1 e 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Artigo 3º. "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: (...)

IV. promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"

Artigo 5º XLII. "a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei

Constituição da República Federativa do Brasil

O objetivo das sugestões abaixo é a sensibilização frente às reações discriminatórias existentes em nós mesmos e no nosso meio social.

O educador elaborará uma pequena pesquisa doméstica, junto ao próprio grupo, levando em consideração diversos aspectos. Por exemplo:

a) no âmbito das relações:

- Eu me casaria com uma pessoa negra? Sim? Por quê? Não? Por que não?

b) no âmbito do trabalho:

- Nas ofertas de emprego para atendimento ao público em estabelecimentos comerciais, pessoas de raças diferentes estão nas mesmas condições?

c) no mundo das comunicações:

- Como aparecem nos anúncios comerciais?

d) no âmbito político:

- Ocupam postos de representação em órgãos públicos, associações partidárias ou outras organizações sociais?

Depois de praticada a pesquisa, será escolhido um momento particular para refletir sobre os resultados e resumir as conclusões.

13 - OS DIREITOS DOS IDOSOS

Art. 229. "Os pais têm o dever de assistir criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade"

Art. 230. "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida."

Constituição da República Federativa do Brasil

1. Investigar em grupos:

- O professor introduzirá brevemente o tema, perguntando aos alunos se acreditam que na sociedade contemporânea, em geral, e em sua própria comunidade, em particular, aconteçam atitudes de rejeição ou menosprezo às pessoas de idade avançada. As opiniões provavelmente diferirão; alguns opinarão que sim, outros que não, e muitos talvez não estejam seguros ou não tenham considerado antes o problema.

- A partir desta primeira aproximação do tema, convidará os jovens para que realizem uma pequena investigação em seu ambiente direto a fim de reunir mais elementos de julgamento. Em pequenos grupos de dois ou três, os estudantes entrevistarão deferentes pessoas idosas de sua comunidade, começando pelos de sua própria família. Também falarão com pessoas de distintas classes, distintas ocupações e distinta situação econômica. Será importante que entrevistem idosos que vivem com membros de sua família e outros que vivem sozinhos.

Para não esquecer de nenhum grupo, se for possível um ou dois grupos de jovens visitarão um lar ou asilo de idosos para entrevistar alguns deles que aceitem colaborar com a investigação.

Perguntas para _Orientação:

As seguintes perguntas são somente uma sugestão. O professor considerará se elas são apropriadas para sua comunidade ou se é necessário modificá-las.

- Alguma vez você sentiu algum tipo de rejeição ou menosprezo por parte de pessoas mais jovens?
- Se isso ocorreu, quando e como manifestou-se essa atitude?
- Que opinião tem a respeito?

2. Ler, analisar e compartilhar:

Um Novo Mal: Detestar Anciãos

"(...)

Ocasionalmente tive contato com esta doença quando era médico jovem e tratava um paciente afetado temporariamente por alguma doença comum. Os parentes perguntavam inquietos sobre a saúde do paciente e logo admitiam sua preocupação pela "responsabilidade" de dar-lhe cuidados prolongados.

Hoje a sociedade orientada para a juventude proporciona um cultivo fértil para esta enfermidade, levando a uma situação onde as pessoas de idade madura quase sintam vergonha de sua idade e os anciãos sintam-se culpados de sua mera existência. Há uns poucos anos houve um surto de gerontofobia em Kalk Bay, devido ao uso de vários hotéis como residência de anciãos. Os aterrorizados gerontofóbicos assinaram pedidos, escreveram aos jornais e inclusive trataram de comprometer em seu delírio o representante local do Parlamento, queixando-se que os anciãos eram um perigo para as crianças, provocavam uma queda no valor da propriedade e uma diminuição do turismo.

Se somente pensarmos no insulto escondido sob "comprimentos" tais como "Você parece anos mais jovem" ou "não demonstra sua idade", vemos que por detrás destas expressões existe uma suposição

inconsciente de que a idade deve ser evitada e que possuir a juventude é por si mesmo um valor positivo. Como o racismo e o sexismo, significa separar um grupo especial do resto da raça humana para discriminá-lo de alguma forma.

(...)

Na última década, a profissão médica tem agravado a ironia, acrescentado anos à vida sem assegurar que se acrescente vida aos anos. Em outras palavras, a medicina moderna tem aumentado a sobrevivência do corpo humano, mas tem dado pouca atenção ao crescimento da correspondente utilidade. E não é só o Mestão de manter-se ativo. Alguns anciãos têm sido reduzidos a viver de rendas tão exíguas que são forçados a conseguir um trabalho extra ou morrer de fome. Entretanto, qual empresário leva em conta os aposentados quando trata está contratando alguém?

Provavelmente, de todos os males que produz a fobia pelo envelhecimento, o mais destrutivo socialmente é o amontoamento das pessoas por idade. Os jovens casados, nos subúrbios repletos de supermercados e colégios; os de idade média, nas zonas populosas ou com casa na praia, e os velhos na aldeia do "pôr do sol" ou qualquer que seja o eufemismo do momento para a ante sala do crematório.

Um dos mais constantes lutadores da África do sul por um tratamento justo para a velhice, um oficial da reservam que escreveu milhares de cartas com a esperança de despertar um pouco de humanidade, renunciou à sua tarefa no ano passado. Sua mais amarga constatação foi saber que gastamos anualmente 600 milhões de libras em licor, mas nos negamos a ajudar na campanha para dar aos anciãos um centavo mais ao mês. A fobia pela velhice está inscrita na linguagem. praticamos todo tipo de ginásticas verbais para evitar descrever alguém simplesmente como velho; o "aposentado" e a "idade dourada" são títulos que damos às pessoas que tem cometido o pecado de viver além de certo limite permitido.

(...)

Necessito recordar os que têm tido o privilégio de ter nascido antes de mim que o grupo que tem o mais potencial de pressão é o que tem objetivos comuns. Em conclusão, o que se necessita é o poder aposentado. "

3. Discutir o texto à luz das entrevistas realizadas anteriormente.

13. REFUGIADOS

(arts. 13- 15 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

Art. 4º. "A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

X. concessão de asilo político"

Art. 5º LII. "não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião"

Constituição da República Federativa do Brasil

Esta dinâmica tem como objetivo detectar no grupo o conhecimento (a informação), o sentir e a forma de pensar sobre o tema. A possibilidade de verificar, depois do trabalho de aprofundamento, que progressos foram realizados na sua compreensão.

1. Colocar no centro da lousa a palavra "refugiados". Todos os alunos vão dizendo o que essa palavra lhes sugere, e o professor vai anotando.

2. Distribui-se a todos uma folha com os seguintes versos do poeta chileno Pablo Neruda:

*"O desterro é redondo;
um círculo, um anel;
giram os teus pés, cruzas a terra
não é a tua terra,
desperta-te a luz e não é a tua luz,
cai a noite: faltam as tuas estrelas,
encontras irmãos: mas não é o
teu sangue. "*

3. Comenta-se, entre todos, o que o poeta quis exprimir.

4. Pede-se a cada membro do grupo que escreva uma definição do que é um refugiado. Lêem-se em voz alta, e se pede a todos que indiquem as que julgam ser as mais corretas.

"O refugiado é um homem que renunciou a tudo para defender o seu direito de viver com dignidade e de pensar com liberdade. "

14 - A HISTÓRIA DE TRITÔNIA

O educador pode começar recordando alguns fatos fundamentais no plano sócio-político, que caracterizam o período de 1948 (data da Declaração Universal) até os nossos dias:

- a) A reconstrução e o desenvolvimento extraordinário da Europa, dos Estados Unidos e Japão, reconhecidos atualmente como países desenvolvidos ou ricos.
- b) O mundo polariza-se ao redor de duas grandes potências militares e econômicas: Estados Unidos e União Soviética.
- c) Surge um movimento descolonizador. Entre 1948 e 1973, milhões de pessoas conseguem a independência política. O surgimento do bloco do Terceiro Mundo.
- d) As reivindicações de tipo social e econômico, exigidas pelas nações subdesenvolvidas, faz surgir a Conferência das Nações Unidas para o Comércio, Energia e Desenvolvimento (UNCTAD - 1964).
- e) A ineficácia desta Conferência motiva o golpe de força de 1973. A OPEP quadruplica o preço do petróleo e altera o injusto equilíbrio econômico.
- f) O primeiro resultado desta medida foi a adoção, em 1973, por parte da ONU, de uma resolução na qual é solicitada a instauração de uma nova ordem econômica internacional (NOEI). Esta instauração está contida na Carta dos Direitos e Deveres econômicos dos Estados (1974).

"Em algum lugar do planeta, existe um pequeno país chamado Tritônia. São pessoas dedicadas sobretudo ao cultivo da banana e do café. Tritônia é rica em petróleo e minérios.

Seus produtos são vendidos a um país vizinho, chamado Nortônia. Vêm de lá os velculos, os aparelhos elétricos, as máquinas e, em geral, produtos elaborados com matérias-primas vendidas à Nortônia por Tritônia. Em Tritônia, há também algumas indústrias. As principais, no entanto, pertencem aos nortonienses.

Os produtos exportados por Tritônia são baratos. Os que importa são caros.

Nortônia e Tritônia consideram-se países amigos. Nortônia envia ajuda a Tritônia, concedendo-lhe empréstimos para a construção de estradas, hospitais e escolas, e para dotar o exército de armas modernas.

A situação do povo de Tritônia tomou-se cada vez mais difícil. Um dia resolveram organizar uma greve clvica. Isto foi considerado como um ato subversivo. De Nortônia chegou ajuda militar para defender a "democracia" e a "liberdade".

Os países vizinhos inteiraram-se destes acontecimentos, mas nao fizeram nada, porque nao devem intervir nos " assuntos internos " de outros pafs. "

- a) Como se relacionam Tritônia e Nortônia?
- b) Em que Tritônia serve Nortônia e vice-versa?
- c) Qual é a situação econômica e política de Tritônia em relação a Nortônia?
- e) O que pensar quanto à atitude dos países vizinhos?
- f) Em que se assemelha a situação do conto com a nossa sociedade?

15 . MEIO AMBIENTE

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. "

Artigo 225. Constituição da República Federativa do Brasil

Essa oficina tem como objetivos:

- Discutir a relação do ser humano com o meio em que vive;
- Refletir sobre os atuais interesses dos países, grupos ecológicos e sociedade organizada, a respeito do problema ambiental;
- Analisar a importância da preservação ambiental, com base na realidade brasileira e em toda América Latina, no sentido de preservar primordialmente a vida;
- Apontar ações para contribuir, individualmente e em grupos, para a mudança de mentalidade e da realidade, enfatizando a importância da Educação Ambiental neste processo.

1º Momento: O PLANETA DOENTE

Sugerem-se duas alternativas:

- Apresentar o vídeo *Doutor no Espaço* e solicitar que cada participante faça um desenho da parte do vídeo que mais lhe impactou para posterior apresentação em plenário.
- Ou montar um painel com fotos de revista e jornais previamente selecionadas, sobre situações de devastação ambiental e de violação da vida e pedir que cada participante escolha a foto que mais lhe tenha impactado para posterior apresentação em plenário.

2º Momento: O MEIO AMBIENTE NOS DIAS ATUAIS

É hora de TROCAR IDÉIAS, para isto sugere-se:

- Estimular os participantes a apresentarem, em plenário, os seus desenhos ou as fotos selecionadas, explicando o significado da escolha e incentivá-los a trocar idéias sobre o conteúdo do vídeo ou das fotos.
- Formar pequenos grupos e distribuir a cada um textos diferentes sobre o Meio Ambiente e a necessidade de sua preservação.
- Incentivar os grupos, com base na leitura, a discutirem as seguintes perguntas: *Que relações podemos fazer entre a preservação do Meio Ambiente e o direito à vida? De que forma os seres humanos se relacionam com o seu ambiente? Cite exemplo de diferentes tipos de relação. Como a sociedade tem se organizado a respeito da questão ambiental/? O que significa falar sobre preservação do ambiente numa realidade social como a brasileira?*
- Solicitar que cada grupo elabore uma síntese da discussão, registrando-a em papel pardo para depois apresentar ao plenário.

3º Momento: O DIREITO A UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL NA NOSSA SOCIEDADE

Aqui, o momento é de APROFUNDAR a discussão, sugerindo-se assim:

- Incentivar cada grupo a apresentar os principais pontos abordados na síntese realizada na etapa anterior, abrindo, em seguida, para um novo debate mais amplo e rico de idéias.
- Para fechar este ciclo de debates, ler a *Carta da Terra*. O próprio coordenador ou qualquer outro participante pode fazer esta leitura.

4º Momento - UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL: NOSSO COMPROMISSO

É momento de firmar COMPROMISSOS. Pequenas ações, sugeridas pelo próprio coordenador, podem ter grandes efeitos. Veja alguns exemplos:

- privilegiar o uso de papel reciclado; - promover coleta de lixo seletiva;
- promover o reaproveitamento do lixo;
- poupar energia elétrica;
- poupar consumo de água;
- plantar árvores;
- divulgar as idéias e a educação ambiental;
- buscar informação sobre os grupos que trabalham com a preservação ambiental e

auxiliá-los nessa tarefa;

- respeitar todas as formas de vida do planeta, envolvendo-se ou promovendo campanhas.

Assim sendo, é importante:

- Apresentar esta ou qualquer outra lista, contendo alternativas de ações concretas, visando à preservação do meio ambiente.
- Incentivar cada participante a escolher pelo menos uma ou duas das sugestões e afirmar perante o grupo o seu compromisso em realizá-las.

Recursos de Apoio:

- Vídeo "Doutor no Espaço" - Produção da ONU, duração-12 min *Trata-se de um desenho animado que relata os problemas que ocorrem com o nosso planeta e como a cura se encontra na realização prática da Declaração Universal dos Direitos Humanos.*
- "A Carta da Terra"

A CARTA DA TERRA

"Preâmbulo

Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós honramos a Terra, como lar de todos os seres vivos. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza e diversidade de vida. Nós louvamos a terra, pela sua capacidade de regeneração, sendo a base de toda a vida. Nós reconhecemos a especial posição dos povos indígenas da terra, seus territórios e seus costumes, e sua singular afinidade com a Terra. Nós reconhecemos que o sofrimento humano, pobreza e degradação da Terra são causados pela desigualdade do poder. Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade. Nosso lar comum está crescentemente ameaçado. Assim sendo em consideração sobretudo às necessidades especiais das mulheres, povos indígenas, do sul, dos diferentemente capacitados e de todos aqueles que se encontram em situação de desfavorecimento, nos comprometemos a:

Princípios:

1. Nós concordamos em respeitar, favorecer, proteger e restaurar os ecosistemas da Terra para assegurar a diversidade biológica e cultural.
2. Nós reconhecemos nossa diversidade e nossa afinidade comuns. Nós respeitamos todas as culturas, afirmamos os direitos de todos os povos, à satisfação das necessidades ambientais básicas.
3. A pobreza afeta a todos nós. Nós concordamos em alterar os estilos de vida sustentáveis de produção e consumo para assegurar a erradicação da pobreza e da exploração da Terra. Reconhecemos historicamente que o débito e os fluxos financeiros do sul para o Norte, assim como a opulência e a corrupção são suas causas primárias.
4. Nós devemos enfatizar e aperfeiçoar nossa capacidade endógena para criação de tecnologia e para o desenvolvimento. Os esforços para erradicar a pobreza não constituem um mandato para a degradação do meio ambiente, como também os esforços para preservar e restaurar não deverão ignorar as necessidades humanas básicas.
5. Nós reconhecemos que as fronteiras nacionais não coincidem com a realidade ecológica da Terra. A soberania nacional não significa a exoneração da responsabilidade coletiva de preservar e restaurar os ecossistemas da Terra. As práticas comerciais e corporações transnacionais não deverão causar degradação ambiental e deverão ser controladas visando a justiça social, o comércio equitativo e ecossolidário.
6. Nós rejeitamos o militarismo e o uso de pressões econômicas como meio de resolução de conflitos. Nós comprometemo-nos a perseguir a paz genuína, que não significa meramente abster-se da guerra, mas inclui a erradicação da pobreza, a promoção da justiça social e do bem-estar econômico, espiritual, cultural e ecológico.
7. Nós concordamos em garantir que os processos de decisão e seus critérios sejam claramente definidos, transparentes, explícitos, acessíveis e equitativos. Aqueles cujas atividades possam afetar o meio ambiente devem provar primeiro que não causarão prejuízos. Aqueles que provavelmente sejam afetados, particularmente as populações do Sul, e aqueles que estão subjugados dentro dos estados, devem ter acesso livre a informações e efetivamente participar dos processos decisórios.

8. Estados, institutos, corporações e povos, que degradam desigualmente o meio ambiente, causando impactos que são sentidos igualmente por toda a terra, devem responder pelos prejuízos desta degradação proporcionalmente. Embora todos sejamos responsáveis em melhorar a qualidade ambiental, aqueles que se apropriaram e consumiram a maioria dos recursos da Terra ou aqueles que continuam a fazê-lo devem cessar tal apropriação indébita ou reduzir os níveis de consumo, devendo suportar os custos de restauração e preservação através dos recursos financeiros e tecnológicos de que dispõem.
9. As mulheres constituem a maioria da população da Terra. Elas são uma força poderosa para a transformação. Elas contribuem para a maioria dos esforços para se alcançar o bem-estar. Homens e mulheres concordam que o status das mulheres nos processos de decisão deve refletir equitativamente sua contribuição. Nós devemos substituir uma sociedade dominada por homens por uma que reflita, mais acuradamente, o valor das contribuições de homens e mulheres na promoção do bem-estar humano e ecológico.
10. Nós chegamos a um tal grau de ameaça à biosfera que sustenta toda a vida na Terra, a uma tal velocidade, magnitude e escala, que nossa inação seria negligência.

Plano de ação para a carta da Terra

1. Comprometemo-nos a adotar o espírito e os princípios da Carta da Terra a nível individual e através das ações de nossas ONGs.
2. Nós utilizaremos os mecanismos existentes e/ou criaremos uma Rede Internacional de Informações entre os signatários, para divulgar a Carta da Terra e as conquistas de seus princípios aos níveis local, nacional e global.
3. A Carta da Terra será traduzida para todas as línguas do planeta.
4. Nos comprometeremos com o OBJETIVO 1995 propondo que as Nações Unidas, ao completar seus 50 anos, adote esta Carta da Terra.
5. ONGs do mundo inteiro iniciarão uma campanha associada chamada NÓS SOMOS A TERRA, até 1995, pela adoção da Carta da Terra.
6. Toda organização individual, corporação e Estado deverá dedicar um percentual de seu orçamento operacional e de seus lucros como um Percentual da Terra, dedicado à proteção, restauração e manejo dos ecossistemas globais e para a promoção do desenvolvimento equitativo.
7. Nós conclamamos por um segundo Fórum global em 1999, para avaliar e reafirmar nossos compromissos com os vínculos estabelecidos, com as realizações e os objetivos pretendidos no Fórum Global de 1992."

BIBLIOGRAFIA

Educação em Direitos Humanos

- ARNS, D. P. E. - Educar para os Direitos Humanos. In Revista de Educação AEC. Brasília. n° 77. p5-8. out/ dez/1990
- CANDAU, V. et alii - Oficinas pedagógicas de Direitos Humanos. Petrópolis, Vozes, 1995
- CANDAU, V. et alii - Tecendo a cidadania. Oficinas pedagógicas de direitos humanos. Petrópolis, Vozes, 1996.
- CECCON, C. - A vida na escola e escola da vida. Petrópolis, 38 edição, Vozes/EDAC, 1982
- DEMO, P. - Desafios modernos da educação. Petrópolis. Vozes. 1995
- Direitos Humanos no Brasil - Conferência para educadores. SP. Seção Brasileira da Anistia Internacional, 1986.
- Educando para a Cidadania: os Direitos Humanos no currículo escolar. Seção Brasileira da Anistia Internacional. CAPEC, Porto Alegre, Pallotti, 1992
- Experiências - Cadernos de estudos n° 2. Instituto Interamericano de direitos Humanos, San José da Costa Rica, 1992
- FREIRE, P. - Ação cultural para a liberdade. RJ, Paz e Terra, 1969
- FREIRE, P. - Pedagogia do Oprimido. Paz e Terra, 1987 - FREIRE, P. - Pedagogia da Esperança. Paz e Terra, 1992.
- MICHELONI, R. - Experiências: educação em Direitos Humanos. In Revista de Educação AEC. Brasília, vol. 19, n° 77, p. 73.80, out/dez/1990
- NIDELCOFF, M. T. - Uma escola para o povo. SP. Brasiliense, 1978
- NOGUEIRA, M. L. - Todos pela educação no município: um desafio para cidadãos. Brasília. UNICEP/CECIP, 1993
- PONTUSCHKA, N. N. (org.) - Ousadia no diálogo: interdisciplinaridade na escola pública. SP. Loyola, 1993

Cidadania e Direitos Humanos

- AL VES, J. A. Lindgren - Os Direitos Humanos como tema global. SP, Perspectiva/ FUNAG. 1994
- BARBOSA, M. A. Rodrigues e outros - Direitos humanos - um debate necessário. SP. Brasiliense. Instituto Interamericano de Direitos Humanos. vol. I, 1988/ vol. II, 1989
- BENEVIDES, M. V. - Violência povo e polícia (Violência urbana no noticiário da imprensa). SP, Brasiliense/ CEDEC, 1986

- BENEVIDES, M. V. - A Cidadania ativa. Ática, 1991
- BICUDO, H. P. - Direitos civis no Brasil: existem? SP. Brasiliense, 1985
- BOFF, Leonardo e outros. Direitos Humanos. Direito dos Pobres. São Paulo, Vozes, 1991.
- BRANT, V. C. (Coord) - São Paulo: trabalhar e viver. SP, Comissão Justiça e Paz /Brasiliense, 1989
- BUARQUE, C. - O que é apartação: o apartheid social no Brasil. SP,Brasiliense, 1993
- CÂNDIDO, A e outros - Direitos Humanos e medo. AIDS. Anistia Internacional. Estado e Literatura prefácio de D. Arns, P. E., organizado por Fester, A.C.R. SP. Brasiliense/ Comissão Justiça e Paz, 1989
- CARDIA, N. - Direitos Humanos: ausência de cidadania e exclusão moral. Col. Princípios de Justiça e Paz, CJP, SP
- COMPARATO, F. K. - Para viver a democracia. SP, Brasiliense, 1989
- COVRE, M. de L. M. - A cidadania que não temos. SP. Brasiliense, 1986
- COVRE, M. de L. M. - O que é cidadania?. SP, Brasiliense, 1991
- DALLARI, D. A. - O que são direitos da pessoa? SP. Brasiliense. 1982
- DALLARI, D. A. - O renascer do direito. SP, Bushatsky, 1970
- DALLARI, D. A. - Viver em sociedade. SP. Moderna, 1985
- D'ANGELIS, W. R. - Direitos Humanos: a luta pela justiça. RJ. Comissão Brasileira Justiça e Paz. 1989
- DIMENSTEIN, G. e PINHEIRO, P. S. - A democracia em pedaços:Direitos Humanos no Brasil. SP. Cia das Letras, 1996
- Direitos Humanos: um novo caminho. Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Humana/ Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo. SP, IMESP, 1994
- Direitos Humanos no Brasil - Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência/ Comissão Teotônio Vilela, edição final: Túlio Khan, 1993
- idem – 1995
- DORNELLES, J.R.W. - O que são Direitos Humanos. São Paulo,Brasiliense, 1989.
- GAJOP Grupos de Extermínio: a banalização da vida e da morte em Pernambuco. Olinda, 1991.
- HERKENHOFF, J. B. - Direitos Humanos: a construção universal de uma utopia. SP. Santuário, 1997
- HERKENHOFF, J. B. - Curso de Direitos Humanos. SP. Editora Acadêmica, 1994
- LEVIN, L. - Direitos Humanos: perQuntas e respostas. SP. Brasiliense. 1985
- SADER, J. - Direitos do Homem. SP, Cia Nacional, 1960 - Seu direito está em jogo INESC/CECIP

Participação

- AMMAN, Zafira Bezerra. *Participação Social*. São Paulo, Cortez, 1982.
- BORDENAVE, Juan. *O Que é Participação?* São Paulo, Brasiliense, 1983.
- BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel e NOSELLA, Paulo. *Educação e : Cidadania: quem educa o cidadão?* São Paulo, Cortez, 1988.
- NUNES, Clarice. *Escola e Cidadania: aprendizado e reflexão*. Bahia, OEA-UFBA-EGBA, 1989.
- WEFFORT, F. *Qual Democracia?* São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- CRUZ, Carlos Henrique Carrillo. A opção por um projeto educativo participativo, condição de recreação ética, in *Revista de Educação AEC*, nº86, Brasília, 1993.
- BORDENAVE, Juan. Educar para uma sociedade participativa, in *Revista de Educação AEC*, nº 59, Brasília, 1986. 34

Migrantes

- Travessia - Revista do Migrante. CEM - Centro de Estudos Migratórios

Contato: Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade - São Paulo - SP - cep 01514-030; tel.: 278.6227; fax 278.2284.1checar dados/

População de Rua

- VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; Bezerra, Eneida Maria Ramos; Rosa, Cleisa Moreno Maffei (organizadoras). População de Rua: Quem é, como vive e como é vista Editora ?
- ROSA, Cleisa Moreno Maffei (organizadora). *População de Rua* Editora Hucitec. São Paulo. 1995

Criança e Adolescente

- DIMENSTEIN, G. - Cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. SP. Ática, 1993
- COSTA, ANTÔNIO CARLOS GOMES DA - *Ser Presença*. Belo Horizonte
- COSTA, ANTÔNIO CARLOS GOMES DA - *Protagonismo Juvenil - Adolescência e Participação Democrática*

Saúde

- BARONE, Antônio A - AIDS: O Inimigo Avança. São Paulo, Ática, 1994.
- DALLARI, Sueli G. - A Saúde do Brasileiro. São Paulo, Moderna, 1994
- RODRIGUES, Rosicler M. - Vida e Saúde. São Paulo, Moderna, 1994.
- TIBA, Içami - Respostas sobre Droas. São Paulo, Scipione, 1994.

Moradia

- CDDH - Vamos defender nossos direitos. Petrópolis, Vozes, 1983.
- PALUMBO, Adriana P. e outros (org.) - Direito à Moradia. São Paulo, Paulinas, 1992.

Meio Ambiente

- FELDMANN, Fábio (Organizador) - Guia da Ecologia. Ed. Abril, 1992
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO - Coleção Entendendo o Meio Ambiente, 1997.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO – Do "Rio às Ruas. A Inserção da Agenda 21 no Cotidiano Paulista, 1997.
- 'THE GLOBAL TOMORROW COALITION - O que você fazer a respeito da crise do meio-ambiente. Ed. Augustus, 1996

Idoso

- BARRETO, M. L. Admirável mundo velho - velhice. fantasia e realidade social. SP, Ática, 1992
- JORDÃO NETTO, A Gerontoloaia Básica. SP, Lemos Editorial, 1997
- MORAGAS, R. M. Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida. SP, Paulinas, 1997
- RIBEIRO, A. Quebrando os tabus da velhice. SP, Engrasa 1995.
- VERAS, R. P org. Um envelhecimento diano para o cidadão do futuro. RJ, Relume- Dumará, 1995
- SILVA, H. P. - Educação para Direitos Humanos: conceitos. valores e hábitos (Dissertação de mestrado defendida na USP. 1995)
- SOUZA, H. de e RODRIGUES, C. - Ética e cidadania.s SP.Moderna.194.

Homossexuais

- COSTA, JURANDIR FREIRE - A inocência e o vício., Relume Dumará
- FRY, PETER & EDWARD - O que é homossexualidade. Coleção Primeiros Passos, Ed. Brasiliense.?

LEGISLAÇÃO

Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)
- "Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (1966)
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1996)
- Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (1968)
- Convenção Americana sobre Direitos humanos – Pacto de San José da Costa Rica (1969)
- Convenção Interamericana para prevenir , punir, e erradicar a violência contra a mulher (1994)
- Declaração de Pequim (1995)

Legislação Federal

- Constituição Federal
- Código de Defesa do Consumidor
- Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90
- Programa Nacional de Direitos Humanos – aprovado pela Lei nº ...
- Política Nacional do Idoso - Lei nº 8842/94
- Regulamentação da Lei 8842/94: Decreto 1948/96

Legislação Estadual

- Constituição Estadual
- Política Estadual do Idoso
- Programa Estadual de Direitos Humanos – aprovado pelo decreto nº
- Projeto de Lei de defsa do usuário do serviço – Projeto de Lei nº

Legislação Municipal

- Lei Orgância do Município